

SIMPÓSIO AT093

DIRETRIZES PARA PUBLICAÇÃO EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM A ATUAÇÃO DOS DOCENTES COMO AGENTES DE LETRAMENTO ACADÊMICO

CASTRO, Marcelo Macedo Corrêa e
Universidade Federal do Rio de Janeiro
marcelocorreacastro@gmail.com

Resumo: A presente investigação consiste em desdobramento do projeto de pesquisa *A escrita e o seu ensino no curso de Pedagogia da UFRJ: experiências e proposições*, voltado para a relação de professores com a produção textual dos estudantes. Quanto às produções propostas pelos docentes do curso, estudos anteriores indicaram que as escolhas remetem tanto às práticas de escrita da educação básica, quanto a gêneros específicos do contexto universitário. No que se refere a gêneros textuais, haveria uma dispersão/oscilação e um hibridismo involuntário na proposição de tarefas de escrita para os estudantes (CASTRO, 2018). Tais resultados acabaram por apontar um novo foco de estudo: o das diretrizes que orientam os docentes para a sua produção acadêmica. Neste sentido, o objetivo principal desta nova ação está relacionado a identificar aspectos que sirvam de paradigma para a escrita dos professores, supondo que tal identificação possa ajudar a entender a atuação dos docentes como agentes de letramento acadêmico. O primeiro movimento foi direcionado para a análise das diretrizes para autores fornecidas por revistas eletrônicas da área de educação, com classificação A1 no índice Qualis-Periódicos no quadriênio 2013-2016. Para a análise foram consideradas obras destinadas ao ensino da escrita acadêmica (e.g. CASANO, 2011; COSTA e SALCES, 2013; HENRIQUES e SIMÕES, 2004; SEVERINO, 2007), assim como os elementos de textualidade descritos por Val (2006). As conclusões iniciais apontam para a necessidade de se construir uma aproximação mais consistente entre os aportes teórico-práticos referentes à escrita acadêmica e as orientações que os periódicos da área de educação adotam para uso de autores que buscam publicar seus textos.

Palavras-chave: Escrita Acadêmica; Letramento Acadêmico; Gêneros Acadêmicos

Abstract: The present research consists of the development of the research project *A escrita e o seu ensino no curso de Pedagogia da UFRJ: experiências*

e *proposições*, aimed at the relationship of teachers with the students' textual production. With regard to the productions proposed by the course's teachers, previous studies indicated that the choices refer to both the writing practices of basic education and to specific genres of the university context. As regards textual genres, there would be a dispersion/oscillation and an involuntary hybridism in the proposition of writing tasks for the students (CASTRO, 2018). These results finally point to a new focus of study: that of the guidelines that guide teachers to their academic production. In this sense, the main objective of this new action is related to identifying aspects that serve as a paradigm for teachers' writing, assuming that such identification can help to understand the performance of teachers as agents of academic literacy. The first movement was directed to the analysis of the guidelines for authors provided by e-journals in the area of education, with A1 classification in the Qualis-Periodics index in the quadrennium 2013-2016. For the analysis were considered works for the teaching of academic writing (eg CASANO, 2011, COSTA and SALCES, 2013, HENRIQUES and SIMÕES, 2004, SEVERINO, 2007), as well as the elements of textuality described by Val (2006). The initial conclusions point to the need to construct a more consistent approach between the theoretical-practical contributions regarding academic writing and the guidelines that education journals adopt for the use of authors who seek to publish their texts.

Keywords: Academic Writing; Academic Literacy; Academic Genres

Introdução

Este texto apresenta um primeiro estudo com vistas a estabelecer relações entre a atuação dos docentes do Curso de Pedagogia da UFRJ como propositores/avaliadores de trabalhos escritos e os paradigmas em que se baseiam como autores de textos acadêmicos. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que, quanto à primeira condição, os docentes assumem escolhas que estão baseadas em referências diversas, remetendo tanto às práticas de escrita da educação básica, quanto a gêneros mais próprios do contexto universitário, ainda que superficialmente apropriados. No que se refere aos gêneros textuais selecionados, haveria uma dispersão/oscilação e um hibridismo involuntário na proposição de tarefas de escrita para os estudantes de Pedagogia da UFRJ (CASTRO, 2018). Haveria alguma relação entre essa atuação e os modelos e as práticas de escrita que vivenciam como escritores?

Para começar a investigação nesse sentido, foram selecionadas as orientações para publicação de artigos fornecidas aos autores por onze revistas

da área de educação com classificação A1, a mais alta do índice Qualis-Periódicos, da CAPES, obtida no quadriênio 2013-2106¹.

A escolha está sustentada em várias razões. Em primeiro lugar, o artigo tem sido o gênero de maior frequência e destaque nos periódicos acadêmicos. Em segundo lugar, tanto na avaliação para ingresso nas instituições de ensino superior, quanto nos processos de avaliação internos na carreira de professores universitários, a publicação de artigos em periódicos qualificados tem tido peso decisivo. Por fim, o índice da CAPES é o de maior prestígio e reconhecimento no âmbito das publicações nacionais na área de educação.

A análise do material considerou quatro itens, que foram relacionados aos aspectos definidores da textualidade descritos por Val e ao conteúdo de publicações destinadas ao ensino da escrita acadêmica, especialmente no que se refere ao gênero artigo: os gêneros publicados, as instruções para confecção do texto, os critérios de avaliação e as medidas relacionadas ao plágio.

1.Referencial teórico

Com relação ao primeiro referencial, Val (2006, p.4) destaca três aspectos pelos quais um texto deve ser avaliado: o pragmático, o semântico-conceitual e o formal, relacionados respectivamente ao seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa, à sua coerência e à sua coesão.

Logo a seguir (p.4), a autora menciona os sete fatores de textualidade apontados por Beaugrande e Dressler (1983). A coesão e a coerência, ligados ao “material conceitual e linguístico do texto” e os outros cinco - intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e intertextualidade – relativos a “fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo”

Com relação ao gênero artigo, as publicações consultadas apresentam algumas convergências, sempre com a importante ressalva de que são obras mais claramente destinadas a estudantes do que a professores universitários.

¹ As revistas não estão identificadas ao longo do texto, por razões éticas.

Duas delas sequer tratam do gênero em questão (HENRIQUE e SIMÕES, 2004; MIRANDA e NOVAES, 2011). Em contrapartida, Motta-Roth e Hendges (2010) informam que: “A título de generalização, um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para relatar os resultados de uma atividade de investigação” (p.66). A seguir, identificam três tipos de artigo: o de revisão teórica, o experimental e “os chamados artigos científicos empíricos” (p. 66-67). Por fim, dedicam quatro capítulos ao gênero.

Entre esses dois extremos, situam-se quatro obras. Costa e Salces (2013, p.248) afirmam que: “Inicialmente, é importante verificar as normas editoriais para a formatação e a linha editorial da revista que pretende mandar o artigo para publicação”. Em seguida, destacam características do gênero: “o artigo deve ter uma linguagem objetiva, clara, direta e, geralmente, são escritos na 3ª pessoa do plural ou no impessoal e sua extensão”. Finalmente, informam que a estrutura do artigo se compõe de sinopse, corpo do texto e parte referencial, indicando subdivisões para as partes.

Severino (2007, p.150) não trata detalhadamente do gênero artigo, mas considera que a sua escrita é um trabalho posterior à pesquisa: “A fase de redação consiste na expressão literária do raciocínio desenvolvido no trabalho. Para o autor, “de posse do encadeamento lógico do pensamento, esse trabalho é apenas uma questão de comunicação literária”.

Garcia (1977, p.381-387) descreve as partes do que denomina artigo-relatório. Inicialmente trata do sumário, segundo ele composto por: indicação clara do assunto; o propósito do relatório; referência às investigações realizadas; método; conclusões. Depois caracteriza a introdução, o desenvolvimento e as conclusões.

Finalmente, Medeiros (2014, p.212) afirma que os artigos “podem ser analíticos, classificatórios ou argumentativos”. Depois, oferece recomendações no sentido de que o estilo deve ser “claro, conciso e objetivo” e a linguagem, “gramaticalmente correta, precisa, coerente, simples e, preferentemente, em terceira pessoa”.

Registre-se que apenas Costa e Salces (2014, p.45-50) se ocupam dos sete fatores de textualidade descritos por Beaugrande e Dressler.

2. Diretrizes para autores: como os periódicos orientam autores que queiram submeter textos para publicação

Destaque-se que as formas de apresentar as diretrizes para os autores guardam bastante convergência entre si. Há um padrão que se repete com grande incidência, fato que pode ser atribuído à adoção, por parte da maioria dos periódicos, de um mesmo software para o seu gerenciamento.

Após a primeira leitura das instruções oferecidas pelos periódicos, foram selecionados quatro itens para a nossa análise: os gêneros publicados; as normas e instruções dirigidas aos autores; a descrição dos processos de avaliação; os procedimentos adotados com relação à ocorrência de plágio. Passamos a seguir a tratar de cada um dos itens.

2.1 Gêneros: que textos as revistas publicam

Todas as revistas analisadas publicam artigos. Poucas vezes, o gênero está qualificado como “científico”. Com frequência, vem acompanhado do adjetivo “inédito”. Mesmo quando não vem associado a qualificativos, o artigo está sempre descrito como produto ainda não publicado e decorrente de processo de investigação científica.

Os outros dois gêneros mais frequentes na lista de publicáveis são o “ensaio” e a “resenha”. Aparecem também, com baixa ocorrência, “artigos de opinião”, “comunicação”, “documento”, “entrevistas” e “relatos de experiência”.

Alguns periódicos fazem constar das instruções os gêneros que não publicam: relatos de experiências, artigos descritivos sem problematização do tema, capítulo (s) de teses, dissertações ou trabalhos de conclusão de curso, artigos (ou versão destes) já publicados em outros periódicos.

2.2 Normas e instruções: como as revistas apresentam as características do texto a ser enviado para avaliação

A quase totalidade das revistas apresenta um conjunto de normas relacionadas à forma, com referências específicas a tamanho do texto, das

margens e da letra. Há um detalhamento cuidadoso no que se refere às instruções acerca de referências, tanto as do corpo do texto como as dele destacadas, bem como as bibliográficas. Também aparecem com alta incidência orientações relacionadas à forma do “resumo” e às línguas em que deve ser submetido o texto. Há muitos exemplos de como formatar as diversas seções do texto, e há periódicos que contêm modelos prontos (templates) para uso dos autores.

Com relação a orientações voltadas para o conteúdo do texto, um único aspecto aparece em todas as revistas: a necessidade de que o texto esteja de acordo com a linha editorial, o que acaba por determinar que a primeira etapa da avaliação do texto submetido seja, na maioria dos casos, a sua análise por parte do Comitê Editorial.

Três publicações explicitam itens outros que podem ser relacionados à textualidade. Uma indica como critérios de avaliação conteúdo, forma, originalidade, relevância, consistência teórica e rigor analítico, atualidade, qualidade do texto. Outra alerta que não publicará artigos que não apresentem relevância e abrangência do tema; caráter inovador, desenvolvimento e aprofundamento do tema; estrutura teórica e metodológica do trabalho; conclusão e contribuição para área da Educação. E uma terceira informa aos autores que não publicará textos que se configurem como relatos de experiência, revisão bibliográfica, recorte de uma dissertação ou tese, projeto ou relatório de pesquisa. Informa que também não publicará textos que não apresentem consistência teórica ou metodológica, possuam erros de redação, bem como de estruturação do texto, **não possuam a forma de artigo científico usualmente praticada nos periódicos de Educação** (grifo nosso). A referência a um modelo usual parece apostar na existência de um paradigma amplamente conhecido e dominado pela comunidade discursiva da área de Educação, pressuposto que consideramos pouco sustentável.

O que chama a atenção realmente é a inexpressiva presença de orientações sobre a textualidade propriamente dita. Ou, melhor dizendo, a sua concentração quase absoluta na questão da situacionalidade do texto, da

informatividade e da intertextualidade, na medida em que o conteúdo dos textos deve ser inédito e, ao mesmo tempo, dialogar com os conhecimentos disponíveis na área de produção dos leitores.

2.3 Avaliação: como as revistas informam que avaliam os textos submetidos para publicação

Em todos os periódicos há pelo menos duas etapas de avaliação dos textos submetidos pelos autores: a avaliação, por parte do Comitê Editorial e/ou dos editores, de aspectos relacionados à linha editorial da publicação e a que trata das qualidades do artigo sob o ponto de vista de forma e conteúdo, ficando a cargo de pareceristas que, na maioria dos casos, atuam na condição do chamado “duplo cego” (blind peer view).

Dentre os casos aqui analisados, encontramos um que enuncia mais claramente que critérios serão empregados para a análise dos textos: relevância do tema para a área; organização da estrutura do texto; produção textual fluente, coesa e adequada à escrita acadêmica.

As principais categorias de textualidade – a coerência e a coesão – não estão presentes nas orientações dos periódicos: a palavra *coerência* aparece uma vez, referindo-se aos artigos integrantes de dossiê; *coerente* (s) aparece uma vez; *coesão* não ocorre, e *coesa* ocorre em um único trecho.

2.4 Plágio: como as revistas advertem os autores acerca da prática de plágio

Todas as revistas tratam da questão da autoria, da originalidade e do ineditismo dos textos como condição para a sua submissão. Seis delas apresentam normas direcionadas para o combate à prática do plágio e do autoplágio: cinco indicam que submeterão os arquivos dos textos a softwares de verificação de plágio e uma exige “Declaração de Originalidade”.

3. Síntese

Em síntese, o gênero dominante é o artigo, para cuja confecção há muitas e detalhadas orientações relacionadas à forma e ao atendimento a normas técnicas, principalmente as que dizem respeito a tamanho, posição e

referências. Quase nada há, todavia, relacionado à textualidade para além de aspectos da situacionalidade razoavelmente consensuais, na suposição de que os sujeitos todos sabem como é caracterizado um artigo científico na área de educação. A investigação inicial, portanto, fortalece a hipótese de que os professores, na condição de produtores de textos acadêmicos, não dispõem de orientações consistentes por parte dos periódicos em que pretendem publicar sua produção. Resta prosseguir em direção às possíveis relações entre essa falta de consistência e as práticas de proposição e avaliação de textos desses professores para os estudantes de graduação.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Marcelo M. C. e. A Produção Textual Solicitada aos Estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista Educação em Debate**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – FAGED/UFC. V. 40, nº 75, p. 58-76, 2018.

COSTA, Deborah. e SALCES, Claudia Dourado de. **Leitura e produção de textos na universidade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

DIDIO, Lucie. **Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos**. São Paulo: Atlas, 2014.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 6ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. e SIMÕES, Darcília Marindir P. **A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MIRANDA, Maria Geralda de. E NOVAES, Ana Maria Pires. (Org.). **Práticas de leitura e escrita no ensino superior**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée. E HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SEVERINO, Antonio José. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VAL, Maria das Graças Costa. **Redação e textualidade**. 3ª ed. SP: Martins Fontes, 2006.